

OS BATISTAS E A REDEMOCRATIZAÇÃO: DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES DOS BATISTAS SOBRE O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO (1979 – 1995)

Rafael Cardoso dos Santos¹; Elizete da Silva²

1. Bolsista PROBIC, Graduando em Licenciatura em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: rcshistoria@yahoo.com.br
2. Orientadora, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: cliosilva@yahoo.com.br
3. Participante do Centro de Estudos da Religião (CPR), Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana.

Palavras-chave: Batistas, Redemocratização, Feira de Santana

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar as representações e os discursos criados pela Denominação Batista em Feira de Santana, a respeito do processo de redemocratização, no recorte temporal que vai do ano de 1979 até 1995. Durante o período o País vivia uma crescente movimentação em prol da liberalização política e do afastamento dos militares do controle político, fruto de discussões que já vinham acontecendo desde o governo Médici e que ganharam força com Geisel. No governo Figueiredo, ocorreu o movimento social das “Diretas Já”, pelo voto direto para presidente, em 1983-84. Em 1985 foi eleito Tancredo Neves, o primeiro presidente civil indicado pelo Colégio Eleitoral. Em 1988 foi promulgada a atual Constituição Federal, denominada de “a democrática” e em 1989, a primeira eleição direta para o cargo de Presidente da República. Em meio a essas mudanças que ocorriam no Brasil, vários grupos já estavam em constante contato e ação, dentre eles a Denominação Batista.

Os Batistas entraram na sociedade brasileira desde os fins do século XIX, quando foi construída a Primeira Igreja do Brasil, em 1882, pelos missionários pioneiros norte-americanos: Willian Buck Bagby e Anne Luther Bagby; Zacarias Clay Taylor e Katherine Taylor (Trabuco, 2009, p. 37). A relação do grupo com a realidade brasileira não foi harmoniosa por ser o Brasil um país de religião oficial católica. No que tange à política, para os batistas, “as atividades políticas não deveriam constar como preocupação pois o reino deles, tal qual o de Jesus, não era desse mundo” (Silva, 1998, p. 94). Ou seja, as representações políticas dos batistas nas primeiras décadas após a instalação, o de não envolvimento com a política, da busca pela liberdade religiosa, etc. serão frutos da visão de mundo que eles preservam, pela busca de seus interesses como grupo, no caso batista, o proselitismo.

Durante boa parte da primeira metade do século XX, não só os batistas, mas os protestantes históricos em geral, já tinham um crescimento numérico expressivo e muitos membros detinham um *status* social de classes médias. O discurso de não envolvimento com a política passa a ser questionado pois a relação proselitista dos batistas e de outros grupos podia ser facilitada pela participação política. Porém, a preocupação desses reformados era com a liberdade religiosa fruto da disputa de espaço religioso com o catolicismo. Motivados por fatores internos e externos podemos observar que “já nos anos 1940, intensificou-se a busca por espaços sociais, especialmente no âmbito político” (Silva, 2010, p. 63), porém, até então, um traço que se mantinha forte era o anti-catolicismo e a garantia da liberdade religiosa.

Segundo Vasni Almeida, a ideia da participação política no período como “uma grande oportunidade de espairar e consolidar uma religiosidade que tinha dificuldades em ser aceita somente pelo proselitismo nas igrejas e nas escolas” (Almeida, *apud.* Silva, 2010, p. 64) é compartilhada nessa pesquisa e poderá ser observada, melhor, com o decorer desta discussão. Após a Constituinte de 1986 os evangélicos vivenciam um *boom* no seu número de membros e os batistas não fogem à regra. Porém, o mais intrigante, é a candidatura de membros para as eleições estaduais e municipais dos anos 90.

Essa posição seria incomum em períodos anteriores, inclusive, no regime militar, que antecederia o período estudado. A vinculação de fiéis batistas em partidos de esquerda indica uma mudança brusca na postura política, ou então seria simples busca por conquistar expressividade, o que será analisado nas metas buscadas por esses políticos.

Faz parte da pesquisa observar e analisar o que fora o Movimento Evangélico Progressista (MEP) para a Denominação, haja em vista que “permitiu a abertura de espaços para discussão de ideias progressistas no seio de Igrejas Batistas” (Guimarães, 2002, p. 38) postura que até os anos 80 seria condenada pelas lideranças denominacionais.

MATERIAL, MÉTODO OU METODOLOGIA (ou equivalente)

Como já foi observado no tópico anterior, a pesquisa trabalha dois aspectos: a religião e a política. Ao trabalhar com um grupo religioso, não podemos passar ao largo da História Cultural, pelo fato da relação direta que a religião tem com a cultura desde os primórdios das organizações sociais. Ao estudar os batistas num processo de mudanças políticas é necessário deixar claro como este grupo se posicionava e representava a realidade. Para tal, me utilizo do conceito de representação de Roger Chartier (1990), para entender as práticas dos batistas e seus discursos no período. Ele afirma que:

as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (Chartier, 1990, p. 17)

O conceito campo religioso de Pierre Bourdieu (1974) traz um suporte ao mostrar a religião como legitimadora de práticas e representações delimitadoras, sacralizantes, e que as levam a um interesse comum, pois, “a fundação genérica de legitimação não pode realizar-se sem que antes esteja especificada em função dos *interesses religiosos* ligados às diferentes posições na estrutura social.” (Bourdieu, 1974, p. 48). O autor vê a religião como um campo manipulador de interesses, delimitando os questionamentos para firmar os espaços do grupo. Isso pode ser observado quando afirmo que os batistas entram na política em busca de visibilidade e respaldo social, fortalecendo o proselitismo.

Diversas fontes possibilitam observar uma identidade e as representações políticas construídas pela Denominação Batista, tais quais: literaturas eclesiais produzidas por memorialistas; jornais da denominação como *O Jornal Batista* e *O Batista Baiano* e jornais da cidade de Feira de Santana, de expressividade no período como o *Folha do Norte* e o *Feira Hoje*; livros de atas da Primeira Igreja Batista de Feira de Santana (PIB) e da Igreja Batista Alvorada (IBA). Além das fontes escritas, a realização de entrevistas com líderes e membros que atuaram no período estudado, usando a metodologia da História Oral.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO (ou Análise e discussão dos resultados)

Mesmo estando no início da pesquisa, nos arquivos de *O Jornal Batista*, podemos chegar a provisórias conclusões acerca do comportamento da Denominação. De 1969 a 1973, o Brasil se defrontava com o “Milagre Brasileiro”, porém, o esgotamento deste gerou uma recessão econômica, efervecendo os movimentos sociais. Em 1977, o DIEESE ganha crédito ao denunciar a farsa nos números apresentados pelo governo para reposição das perdas salariais de 1973-74, para cumprir metas estabelecidas pelo FMI. (Rocha Sobrinho, 2010, p. 124 – 130)

As fontes mostram que os batistas se posicionaram com otimismo e fé ante a crise financeira. Em um artigo do ano de 1979, temos um comunicado da Junta Evangélica de Publicações Batista (JUERP), falando acerca do aumento no preço das literaturas e que, mesmo com a inflação alta, tentariam manter um preço acessível. “O preço de um exemplar da revista *Jovens e Adultos* em 1976 era de Cr\$2,50 e o aumento aprovado para julho de 1979

é de Cr\$4,70. Conforme a taxa de inflação ajustada anualmente, deveria ser de Cr\$7,72, ou seja até 64% a mais” (O JORNAL BATISTA, p. 1, 20/5/1979). Notamos a importância que é dada à legitimação e perpetuação das doutrinas que, mesmo com a inflação que atingia todos os setores da sociedade brasileira, buscaram manter a acessibilidade ao material além de não criticar a situação financeira.

Em outro artigo, intitulado “Moeda fraca e povo forte”, tem a mesma dinâmica entusiasta ao por a situação financeira do País nas mãos de Deus. O autor dá ênfase ao valor do “povo de Deus” enquanto povo forte, considerando a postura firme dos membros mais relevante que a própria crise: “Hoje, estamos com a nossa moeda super enfraquecida. Que vamos fazer? (...) Temos que enfrentar o momento com desassombro, pois se a situação é difícil, nosso Deus está do nosso lado” (O JORNAL BATISTA, p. 6, 4/3/1984). Nesse mesmo jornal, outra vitória é enaltecida: o trabalho missionário no exterior. Ele é tão valioso para a Denominação que se sobrepõe a crise. Notamos isso quando o autor diz que “quanto mais o cruzeiro desce mais nosso trabalho no estrangeiro cresce” (O JORNAL BATISTA, p. 3, 4/3/1984).

A crise financeira só é ressaltada como algo ruim e que é negligenciada pela população brasileira, que é considerada irresponsável por esquecer dos problemas econômicos, justamente quando meche com as representações batistas de moralismo. “Milhões de pessoas completamente esquecidas da crise que atravessamos, esquecidas da necessidade de trabalho intenso, da austeridade de gastos, lá estavam pulando, sambando e gritando a plenos pulmões as ruas de todas as nossas cidades” (O JORNAL BATISTA, p. 3, 1/4/1984)

Outro fator importante a ser ressaltado era a obediência aos governantes. De acordo com Silva (2010):

Muitas famílias, por esforços próprios ou arranjos clientelistas, passaram a ter em seu seio profissionais liberais, professores, comerciantes e demandava paridade política e prestígio social. Como outra face da mesma moeda, o prestígio político se constituía como uma espécie de barganha onde os evangélicos ofereciam a obediência e o respeito às autoridades constituídas e recebiam em troca apoio e manutenção das liberdades de consciência e religiosa (Silva, 2010, p. 65)

No período da Ditadura Militar iniciado com o golpe “revolucionário” de 1964, os batistas deram mais um passo em busca de visibilidade política. Em 1964, o Pr. José Reis Pereira fez um comentário que vai definir qual a postura tomada pelos batistas ante o Governo Militar:

Alegra-nos saber (pelo menos até agora) que o movimento de salvaguarda da democracia verificou-se sem sangue. Os objetivos do movimento estavam tão de acordo com o que quer o povo, que não houve resistência (...) Agora é possível prosseguir na conquista de tanta coisa que é, realmente, necessária para que tenhamos um Brasil melhor (O JORNAL BATISTA, p.1, 05/04/1964)

O golpe civil-militar era visto com louvor; a situação apontava para uma facilitação na melhoria do Brasil e, de acordo com o tema da campanha nacional do período – “CRISTO, A ÚNICA ESPERANÇA” (Almeida, 2011, p. 53 – 54) – eles viam um bom período para o trabalho evangelístico.

A ambiguidade foi o fato de que o puritanismo batista se alinhou à política moralista da extrema direita militar, o que acabou por entrar em choque com a máxima da Denominação que é a liberdade de expressão, mas que “não foi sentida” de um modo geral. Alguns grupos satanizavam os movimentos de linha marxista e passaram a perseguir grupos progressistas que existiam no seio da Denominação, formado por jovens e que, pejorativamente, eram denominados de “os cores-de rosa”, chegando à expulsão destes do rol de membros (Almeida, 2011).

A partir daí a Denominação Batista tomou uma postura repressiva e se aproximou mais da política do período, posição que os deu maior enfoque e *status*. Na Bahia “as alianças entre o governo militar e os batistas baianos culminaram com a indicação do Dr. Clériston Andrade, advogado bem sucedido, alto funcionário do Banco do Estado da Bahia e diácono batista conceituado, ao cargo de prefeito da cidade de Salvador, para o período de 1971 a 1975” (Silva, 2009, p. 43). Fica marcado na história dos protestantes em geral e incluído os batistas, é o fato de que no período ditatorial estes “não representavam grande resistência política nesse período, havendo até mesmo inúmeras demonstrações de aceitação aos presidentes-militares” (Guimarães, 2002, p. 33)

Em 1979, um artigo do Pr. José Reis Pereira criticava a atitude subversiva da Igreja Católica ao defender o Pe. Vitor Miracapillo, que se negou a rezar a missa de 7 de setembro, em Recife, e justificou sua atitude denunciando a falta de liberdade das instituições no Brasil, causadas pelo governo militar diz:

Mas não sabemos se essa declaração arquetipal foi mais grave que a do famoso bispo espanhol, simpaticamente confesso dos ‘heróis’ marxistas, que, num desafio ostensivo, explodiu: ‘A decisão (de expulsar o padre italiano do Brasil) indica a impotência subserviente do judiciário (...) Não somente o povo não é livre, como também não são livres as instituições deste país?’ Esse outro eclesiástico falador insulta nessas palavras o Supremo Tribunal só porque não decidiu, conforme ele, talvez, esperasse, dada a pressão do episcopado por ocasião do julgamento (O JORNAL BATISTA, p. 3, 16/11/1980)

Outro fato foi a obtenção, pela Rádio Difusora Ebenézer LTDA., do canal 13, onde seria usado para fins proselitistas. A conquista desse canal foi vista como um milagre divino, sendo que o Pr. Nilson Fanini iniciara o programa *REENCONTRO*, justamente no canal 13 e que fora dado ao próprio para uso da Denominação. Os batistas consideraram a conquista do canal como uma graça da sensibilidade do presidente Figueiredo, que “demonstrou simpatia pela obra realizada pelos batistas” (O JORNAL BATISTA, p. 5, 4/3/1984). Sabemos que essa “sensibilidade” não foi por acaso e que na verdade era fruto do comportamento de setores protestantes, vistos pelos políticos como um “povo ordeiro” e que não causava problemas tendo seus ideais alinhados aos ideais políticos dos governantes.

Em uma crítica à Loteria Esportiva, *O Jornal Batista* atacou o governo, o que ocorria quando alguma postura do governo feria qualquer representação do grupo. Vejamos:

Pode o governo de qualquer país resolver seus problemas econômicos nacionais através de coisas auferidas do egoísmo? A maldição de Deus pesa tremendamente sobre uma nação e sobre qualquer pessoa que busca soluções nesse sentido tão perverso que peverteu a Humanidade desde Adão e Eva (O JORNAL BATISTA, p.4, 1/4/1984)

Nota-se como o discurso de não envolvimento era forte, mesmo que contraditório com suas ações. Em artigo do Pr. Isaltino Gomes Filho, no *Jornal Batista*, ele disse: “Sou um liberal que rejeita a tentativa de dar ao ministério de Jesus uma dimensão totalmente política” (O JORNAL BATISTA, p. 2, 13/3/1988). O mais intrigante, é que esse discurso data do ano em que foi escrita a Constituição Federal atual, logo após a Constituinte, onde o número de evangélicos no parlamento já era significativo. Mais a frente *O Jornal Batista* criticava os evangélicos constituintes que não se preocuparam em assegurar a liberdade religiosa. “Foram 29 constituintes evangélicos que propuseram 111 emendas” sendo que “das 111 emendas, apenas uma trata da liberdade religiosa” (O JORNAL BATISTA, p. 12, 13/3/1988). A luta pela Liberdade Religiosa era uma garantia contra a Igreja Católica, antiga adversária do Protestantismo, e que no Brasil tinha uma vantagem histórica e cultural sobre os grupos reformados. Esse foi o motivo da crítica que *O Jornal Batista* dirigiu aos constituintes evangélicos.

Nos anos 1990, temos registros de fiéis batistas que se candidataram a cargos políticos estaduais e municipais. O que demonstra uma mudança no comportamento desse grupo é a filiação a partidos que seguem uma linha marxista e esquerdista, que foram duramente criticados e perseguidos durante a Ditadura Militar e que passaram a ter não só o apoio, mas a participação direta de membros.

Dois nomes receberam manifestações de apoio aos batistas baianos, e no seio das Igrejas Batistas em Feira de Santana na década de 1990, quais sejam: Walter Pinheiro (PT) e Gerson Gabrielli (PFL), ambos membros de Igrejas arroladas no rol cooperativo da Convensão Batista Baiana, e que se tornaram deputados federais, compondo a gama de evangélicos no Congresso Nacional (Guimarães, 2002, p. 38)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como a pesquisa está iniciando, ainda não temos muitos resultados concretos a cerca do tema. O que se pode afirmar, é que os batistas buscaram na política um modo de garantir benefícios para seus interesses religiosos, como o proselitismo, onde almejavam ganhar membros e crescer como instituição religiosa, ganhando espaço na sociedade. Quanto a liberdade religiosa, que pode ser observado nos momentos em que acompanharam alguma mudança na constituição ao decorrer da história, que garantiria sua primeira meta, o crescimento, era fruto da disputa de espaço no campo religioso com a Igreja Católica – majoritária, histórica e culturalmente no Brasil. Nessa disputa as críticas aos católicos que tinham um posicionamento contra o Governo Militar. A postura da hierarquia católica fortaleceu a posição política assumida pela Denominação, como segmentos católicos se posicionavam contra o Regime, para ganhar força e respaldo, os batistas eram a favor do Governo e contra a postura da Igreja Católica.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Luciane Silva de. “*O comunismo é o ópio do povo*”: *Representações dos Batistas sobre o comunismo, o ecumenismo e o Governo Militar na Bahia (1963 – 1975)*. Feira de Santana, UEFS, 2011. (Dissertação de Mestrado)
- ALVES, Rubem. *Protestantismo e Repressão*. São Paulo: Ática, 1979
- BOURDIEU, Pierre. *Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990
- GUIMARÃES, Tarcísio Farias. *Os Batistas e as questões políticas em Feira de Santana*. IN. Epistemê, Feira de Santana, ano 4, n.1, jan/jun 2002.
- ROCHA SOBRINHO, João. *Uma história do exercício da cidadania no Brasil*. Feira de Santana, 2010.
- RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já – O grito preso na garganta*. 1ª Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003 – (Coleção História do Povo Brasileiro)
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964 – 1985)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SILVA, Elizete da. *Cidadãos de Outra Pátria: Anglicanos e Batistas na Bahia*. USP. São Paulo, 1998. (Tese de Doutorado)
- _____. *Protestantes e o governo militar: convergências e divergências*. IN. ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. *Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- _____. *Protestantismo Ecumênico e Realidade Brasileira: Evangélicos Progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana: Editora da UEFS. 2010.
- TRABUCO, Zózimo Antonio Passos. *Entre a ruptura cultural e a contextualização: a construção da identidade batista em Feira de Santana*. Salvador, UFBA, 2006 (Dissertação de Mestrado).